

Sergio Buarque de Holanda na USP

MARIA ODILA LEITE DA SILVA DIAS

Em 1956, aos cinquenta e quatro anos e já autor consagrado, Sergio Buarque de Holanda deixou a direção do Museu Paulista para assumir a cátedra de História do Brasil no Departamento de História da FFLCH. No apogeu de sua criatividade, trouxe para o meio acadêmico a vibração intelectual que acompanhava o seu temperamento alegre e expansivo. A sua chegada coincidiu com os últimos anos antes da ditadura militar, quando a Universidade florescia e as possibilidades se revelavam mais tangíveis. Pode-se afirmar que sua passagem pela USP foi um sintoma de amadurecimento da instituição e de abertura nas relações do meio universitário com a sociedade. A Universidade estava atenta à vida intelectual que pulsava fora, interessada em absorver qualidade e capaz de propiciar, acolher e aproveitar o alto nível de um intelectual brasileiro de renome internacional. Em 1955, dava aulas na Faculdade de Filosofia de Sorocaba.

Sergio Buarque de Holanda já se projetava no exterior; passara dois anos lecionando na Universidade de Roma. *Raízes do Brasil* fora traduzido para o italiano em 1954 e para o espanhol em 1956. Participava desde 1949 de dois ou três comitês da UNESCO e voltaria a colaborar, em 1967 e 1968, no comitê de Estudos das culturas latino-americanas, que entre outras iniciativas planejava a tradução e difusão para outros idiomas de obras importantes da América Latina espanhola e portuguesa.

Os primeiros anos de entrada na vida universitária intensificaram sua vida de escritor. A Faculdade de Filosofia ainda se encontrava na sede da Maria Antônia e Sergio Buarque de Holanda mudou-se para a Rua Buri, no Pacaembu bem perto do novo local de trabalho. Em 1957, publicou *Caminhos e Fronteiras*, fruto de anos de pesquisa da cultura material e do povoamento paulista; era um trabalho pioneiro das novas tendências da historiografia da mentalidade e da cultura material aplicadas ao estudo do povoamento colonial. Foi premiado como melhor livro nacional de ensaios com o troféu Edgar Cavalheiro do Instituto Nacional do Livro.

Em 1958, na iminência do concurso para a cátedra de História do Brasil, trabalhava noite e dia na redação de *Visão do Paraíso*, para o qual vinha acumulando notas havia alguns anos durante sua estada em Roma, mas que foi escrito num período curto de três a quatro meses. A Universidade acolhia num concurso uma obra-prima de história das mentalidades e das peculiaridades da projeção dos portugueses do mundo do Renascimento e da Contra-Reforma.

Lecionava discretamente dois cursos de História do Brasil Colonial e do Império na sua dicção peculiar, transmitindo despreocupado a experiência pessoal de convívio com fontes de pesquisa. Sutilmente inovador, como quem não se tinha como formador de pesquisadores nem como autoridade eminente, contava anedotas sobre o conde Restinga, discorria sobre textos muito específicos, a partir dos quais — Fernão Cardim, registros da Câmara, documentos interessantes — partia para documentos sobre o Brasil existentes nos Arquivos de Portugal, do Vaticano, na Biblioteca Pública de Paris, na Biblioteca do Congresso. Digressivo e como que distraído, fazia incursões surpreendentes que nos levavam de Minas ao barroco alemão, do povoado paulista às especificidades da fronteira americana do século XIX, enquadrando as peculiaridades da nossa formação colonial no processo de formação do Estado Moderno, na Alemanha, na França, na Inglaterra. Sem pedantismo e sem alarde teórico, formava os alunos na crítica da historiografia.

Alheio às tradições autoritárias de cátedra, intencionalmente despreocupado em influir diretamente sobre os assistentes e alunos, acatando os caminhos de cada um, animava, emprestava livros, orientava generosamente. Foi um momento importante para a Faculdade de Filosofia, que se preservava do corporativismo que sempre ameaçou a instituição com o risco de perda do nível de qualidade dos trabalhos. Participava de bancas no Departamento de Ciências Sociais e, convidado pelos estudantes, dava palestras nas quais procurava com humor convencer os jovens sociólogos de que não havia modelos no estudo das Ciências Humanas. Num meio tomado pela fé em sistemas abstratos, fazia-se ouvir prazerosamente sem esperar pronta resposta.

Sua passagem pela Universidade ajudou a preparar a Faculdade para o início dos cursos de Pós-graduação. Em 1961, deu aulas memoráveis sobre a sociedade cafeeira e as primeiras iniciativas dos fazendeiros paulistas no incentivo da imigração de trabalhadores assalariados.

Orientou, a partir de 1962, as primeiras teses de mestrado de toda a Universidade. Sem pompa e sem corte pessoal, acolhia generosamente

orientados de todas as proveniências e foi o começo do afluxo das universidades dos outros estados para o Departamento de História.

A Faculdade de Filosofia se abria para intercâmbio com outros meios universitários além dos que já mantinha com a Sorbonne e que ele também freqüentava. Facilitava aos estudantes interessados o acesso ao intercâmbio com Universidades da Inglaterra e dos Estados Unidos, onde mantinha boas relações com os melhores historiadores nacionais e com os pioneiros brasilianistas como Stanley Stein, Richard Morse e, em Londres, o amigo Charles Boxer.



Arquivo FFCL-USP

Sergio Buarque de Holanda

Fez renascer um pouco das possibilidades dos primeiros anos de fundação da Faculdade de Filosofia, trazendo a sintonia com as inquietações de historiadores de outros meios para os bastidores da pesquisa nacional. Enfronhado na historiografia alemã, admirador dos *Annales*, mantinha convívio acadêmico cosmopolita para a pesquisa nos arquivos nacionais. Em 1965, fez conferências nas Universidades de Columbia, em Harvard e na Califórnia. Em 1966, durante um ano, lecionou nas Universidades de Indiana e do Estado de Nova Iorque, em Stony Brook.

Era pesquisador interessado nas possibilidades que a Universidade oferecia para promover e estimular a pesquisa. Em 1962, idealizou a

fundação do Instituto de Estudos Brasileiros, do qual foi diretor durante os dois primeiros anos. Sua idéia inicial era promover o convívio e incentivar estudos interdisciplinares chamando, para o Instituto de Pesquisa, os titulares de estudos brasileiros das várias áreas acadêmicas. Deveriam suceder-se a cada ano um dos especialistas na direção do Instituto, de modo a propiciar pesquisas integradas multidisciplinares.

Contribuiu para a decisão da Universidade de adquirir o precioso acervo particular de Yan de Almeida Prado e também com sua amizade por Lourival Gomes Machado, iniciar as pesquisas em história da arte. Participou da organização dos Museus de Arte Moderna e Contemporânea da Universidade de São Paulo.

Nada lhe parecia mais adequado do que uma obra coletiva e de síntese da História do Brasil para animar a pesquisa e congregar pesquisadores de todas as regiões do Brasil. Em 1960, iniciou a coleção de livros da *História Geral da Civilização Brasileira*, coordenando os dois primeiros volumes de História Colonial, para os quais colaborou com alguns trabalhos que lhe deram oportunidade de retomar temas vislumbrantes em *Visão do Paraíso*: um ensaio sobre os primeiros governadores gerais e outro sobre os franceses no Maranhão, suas contribuições para o primeiro volume. Para o segundo, escreveu o magistral *Metais e Pedras Preciosas*, — contribuições importantes para a historiografia brasileira e que ficaram como marcos, inaugurando nova fase crítica.

A obra levou-o a enveredar-se pelo estudo da história política do Império, que levaria a uma nova fase de sua obra. Já em 1958, na prova escrita do concurso de cátedra, escrevera cerca de 26 páginas sobre a consolidação da unidade nacional e o apogeu político do Império. A partir de 1962, e durante os dez anos seguintes, ocupou-se em analisar as relações sociedade e política do Império brasileiro. Em 1962, escreveu o importante ensaio sobre *Herança colonial, sua desagregação*. Em 1964, o ensaio sobre São Paulo, que conta entre suas obras-primas e manancial inspirador de pesquisa renovadoras. Em 1966, escreveu *Movimentos em São Paulo no século XVIII*, último dos ensaios que culminam seus estudos sobre o povoado paulista, publicado na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, que ele mesmo fundara. Foi mais um marco importante, que trouxe para a historiografia colonial a contribuição da demografia histórica e aproximou a pesquisa em história da pesquisa em ciências sociais, considerada por ele passo necessário na Universidade.

Tratava de institucionalizar, no meio universitário, o trato com as fontes manuscritas. Autodidata, embora freqüentador assíduo das Uni-

versidades nacionais e estrangeiras (desde sua juventude como crítico literário e jornalista), trazia para a Universidade a experiência de anos de consulta aos arquivos nacionais e de São Paulo. Em 1967, voltava aos Arquivos. Regressando dos Estados Unidos, passou por Portugal onde pesquisou no Arquivo Ultramarino e na Torre do Tombo, interessado em retomar e desdobrar a sua obra *Monções*. De retorno ao Brasil, passou algumas semanas no Arquivo de Cuiabá.

Ele que, supersticioso, desconfiava do número 13, permanecera 13 anos na Universidade de São Paulo; em abril de 1969, revoltado com a decretação do AI-5, que afastou compulsoriamente professores da USP, aposentou-se. Não deixou porém todos seus vínculos, continuando a orientação de algumas teses. Acompanhou com indignação os processos de perseguição política, as prisões de colegas e alunos, comparecendo, às vezes pessoalmente, às auditorias para dar apoio pessoal, visitando-os na prisão, escrevendo, quando possível, manifestos de protesto.

Em 1972, publicou seu último livro, *Do Império à República*, sexto volume da série por ele coordenada. Foi a forma que deu à sua resistência contra a ditadura militar. Trata-se de um livro crítico das heranças autoritárias da política nacional, que discute os obstáculos para a democracia na nossa formação, assim como as origens do poder militar.

A passagem de Sergio Buarque de Holanda pela Universidade coincidiu também com as agitações em prol da reforma universitária. Ele mesmo, desprendido das peias do passado corporativista, não ostentava o perfil do professor catedrático tradicional e via com simpatia a extinção das cátedras. Parece hoje importante assinalar o fato de ter inaugurado um certo viés de militância e de engajamento político no trabalho acadêmico. Forma peculiar de luta que envolve a crença na Universidade como instrumento de crítica e sobretudo o empenho numa militância política de que nunca descuidou, subordinada e aliada às atividades de pesquisa, propiciando trabalhos capazes de influir na crítica e, eventualmente, na transformação das atividades políticas no país. Acreditava num trabalho intelectual engajado e achava que o trabalho de pesquisa poderia também constituir forma de militância apta a contribuir para a democracia e para as reformas sociais, que considerava inadiáveis no seu país.

Suas atividades como professor e seu temperamento cheio de vitalidade deram novo impulso à pesquisa não somente no Departamento de História, como, em geral, na área das Ciências Humanas.

Pesquisador solitário em grande parte de sua vida, quis a todo custo acreditar que a Universidade era o meio profícuo para institucionalizar as condições necessárias para o estímulo à pesquisa. Contribuição importante e que merece ser lembrada, pois universidade e pesquisa ainda convivem com dificuldade, dependendo drasticamente de instituições governamentais e, sobretudo, do diálogo com a sociedade, que se mantinha mais vivo à sua época. Com a ditadura militar tornou-se menos intenso e mais precário, custando até hoje a recuperar o antigo viço, de modo que a USP recorda com saudade os anos de implantação da pesquisa na Universidade.

Maria Odila Leite da Silva Dias é professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.